

A adoração exclusiva a Javé no processo de inculcação em Israel

A inculcação visa não somente o conhecimento e a compreensão da cultura do outro. “Visa também a participação crítica de produção (cultural)”¹. O Antigo Testamento em muitos dos seus textos atesta uma postura crítica de Israel ao confrontar-se com a cultura e as convicções religiosas de seus vizinhos imediatos. Com certeza, Israel também assumiu de forma acrítica a compreensão de mundo e a explicação das experiências de ameaça à instabilidade, articuladas pelos povos da redondeza. Via de regra, porém, foram preservados textos que retratam a absorção crítica das expressões de fé assumidas dos outros. O critério catalisador do material parece ter ficado em mãos de grupos fiéis a Javé, preocupados em colocar tudo a serviço da própria fé e suprimir o que não se coadunava com a confissão a seu Deus.

NA FASE DO ASSENTAMENTO NA TERRA

Os grupos que formaram Israel sabiam-se unidos em torno de uma mesma confissão. Experimentaram Javé como o Deus que age em favor deles na necessidade extrema, quando o grupo vê sua existência ameaçada pelo poder opressor do império egípcio e de seus vassalos, as cidades-Estado na Palestina.

Quando o grupo se fixa na terra e passa a depender da agricultura, não teria que assumir a nova religião agrária, adorar a Ba'al, o deus que garante produção, o deus que garante as condições climáticas para que a terra produza? Para grande parte do povo, especialmente para os grupos do norte, assumir essa

1. Paulo SUESS. *Cultura e Religião*. Em: P. Suess (org.). *Culturas e evangelização*. São Paulo, Loyola, 1991, p. 63.

religião agrária parecia a única saída para vencer os desafios que o assentamento na terra trazia consigo. Essa absorção acrítica provoca no séc. IX aC a contra-reação apaixonada do movimento liderado pelo profeta Elias com seu programa embutido no próprio nome: "meu Deus é Javé" (*Eliyyahu*, 1Rs 19,10,14). Ainda no séc. VIII Oséias tem que reafirmar que é inadmissível não ver em Javé o garantidor da produção agrícola e do bem-estar na terra (Os 2,8).

NA INSTALAÇÃO DO ESTADO

Quando Israel se tornou Estado, após vencer a resistência interna contra o reinado, a fé javista se viu desafiada a não sucumbir ou ser reduzida a uma religião subserviente ao Estado. Novamente a voz profética, articulada por Natã, tem que lembrar ao rei Davi que não é o palácio que pode providenciar morada/templo para Javé, reduzindo, assim, o culto a Deus a um departamento para assuntos religiosos, subordinado ao Estado (2Sm 7,1-17). Deus é maior do que o Templo e qualquer Estado (Is 6,1; 66).

É sob o expansionismo do império davídico-salomônico que se abrem as portas para as populações das cidades-Estado, juntamente com sua religiosidade cananéia. Jerusalém, a ex-cidade-Estado cananéia, transformada em capital do império, assiste a entrada triunfante da fé em Javé, simbolizada pela arca (2Sm 6). Desse encontro entre as duas culturas, a jebusita-cananéia e a israelita, nascem as tradições urbanas de Jerusalém. A cidade do deus Tsedeq (ou Salém, cf. Gn 14,18) passa a ser cidade do Deus de Israel, Javé (Sl 46,4; 48,1; 87,3). A linguagem desses Salmos lembra o falar mítico. Fala-se de Jerusalém como situada sobre o "monte de Deus" (Sl 48,2), junto ao rio caudaloso (Sl 46,4), referências tomadas de descrições idênticas da morada de divindades cananéias. Faz-se alusões ao deus que aparece nos trovões e luta com as águas abismais do caos, lembrando o mito ugarítico que narra a luta entre Ba'al e o deus do mar, Yam.² Ao colocar esse material a serviço do louvor a Javé, Israel omite qualquer relato de luta para conter o mar revoltoso para assim estabelecer o cosmo. O Salmo só declara que Javé é superior a essas forças destruidoras e que de fato elas não podem ameaçar sua soberania (Sl 46,13; 93,4). Além disso, essas expressões de fé, emprestadas da religião cananéia, são enriquecidas com elementos trazidos do tempo do seminomadismo. Javé, experimentado nas guerras do Israel pré-estatal como aquele que garante vitória para seu povo quando agredido, residindo agora em sua cidade, garantir-lhe-á a mesma invencibilidade. Os povos poderão atacá-la como no mito o mar revoltoso, mas Jerusalém ficará intacta por causa de seu novo morador (Sl 46,6; 48,4-5; cf. Is 17,12-14; 8,9-10). O louvor a Javé assume dimensões que transcendem em muito a realidade. O louvor a Javé e o louvor à cidade, nessa assim chamada teologia de Sião, quase se confundem.

Novamente é o movimento profético que fica atento à perversão que se instala. O que era confissão à soberania de Javé se transforma em ideologia de segurança nacional. Sob essa ideologia piedosa se acobertavam crimes que atentavam contra a vida dos mais fracos (Is 1,21-26; Mq 3,9-12). Especialmente o profeta Miquéias no séc. VIII aC vira a confissão a Javé do Sião às avessas. Ele

2. W.H. SCHMIDT. *Alttestamentlicher Glaube u. seine Umwelt*. Neukirchen, 1968, p. 153.

anuncia que Deus não só retira sua proteção, mas ele mesmo toma a iniciativa de destruir a cidade que agora se constrói com sangue (Mq 3,12; cf. Is 8,5-8). Confissão à soberania de Javé em Jerusalém e negação do direito à vida dos mais fragilizados não podem coexistir, são uma contradição em si, como o denunciam Isaías e Miquéias. O Deus que se ligara à cidade de Jerusalém (Is 8,18), quando expulso de suas ruas e confinado ao Templo, deixando palácio e vida pública à mercê da violência que ameaça a vida dos seus moradores mais desprotegidos, pode abandonar de novo a cidade. Ele é suficientemente livre para não se prender a um lugar, como Israel testemunhara inúmeras vezes em sua história de migrante.

O DIÁLOGO CRÍTICO COM OS MITOS CONTINUA

As alusões míticas ajudaram Israel a ampliar os horizontes de sua fé, abarcando finalmente as últimas fronteiras do cosmo. Mas por que Israel não assumiu por completo os mitos que davam sustentação para os Estados com seus povos que o rodeavam? Com certeza, há incompatibilidades entre a fé israelita e a interpretação da realidade que se expressa nas epopeias mitológicas. É difícil, no entanto, definir o que seja mito, a ponto de contentar a todos. Nas avaliações negativas, mito é sempre a explicação primitiva e inadequada dada pelo outro com respeito ao mundo e às angústias vividas no dia-a-dia. Aquilo que eu explico e creio não o é. A sociologia define mito "como repositório de instruções alegóricas destinadas a adaptar o indivíduo ao seu grupo" (Durkheim); a psicologia explica-o "como sonho grupal, sintomático dos impulsos arquetípicos existentes no interior das camadas profundas da psique humana" (Jung)³. Outros enfoques ainda poderiam ser acrescentados. O Antigo Testamento, no entanto, tem resistências de ordem teológica. Israel aceita apenas fragmentos dessas concepções míticas, após um exame crítico a partir de sua confissão.

Os textos mesopotâmicos fazem desfilar uma série de divindades, cada qual responsável por um âmbito da vida cotidiana. Há um deus do cereal, um deus do gado, uma deusa da vegetação e outras divindades mais. As narrações míticas tratam das relações entre as diferentes divindades e de suas influências boas ou más para a experiência humana. São textos litúrgicos que tratam de nascimento, de casamento e de lutas entre deuses com mortos e feridos. Esses acontecimentos dos primórdios com seus efeitos benéficos se tornavam presentes para todos os participantes da recitação e dramatização do mito.

A epopeia mais conhecida dos tempos bíblicos é o poema babilônico da criação "Enuma Elish" ("Quando no alto..." = primeiras palavras)⁴. Era recitado anualmente na grande celebração do culto estatal na Babilônia (700 aC) no 4º dia do ano novo para glorificar o deus Marduk⁵. Narrava-se a luta vitoriosa do deus da ordem, Marduk, derrotando o poder do caos, a deusa Tiamat. Seu cadáver, partido ao meio, servia de matéria-prima para formar com uma parte os céus e com a outra a terra. Com o mito ritualizado pelo rei, enquanto sumo

3. J. CAMPBELL. *O herói de mil faces* (orig. *The hero with a thousand faces*, 1949). São Paulo, p. 368.

4. W. BEYERLIN. *Religionsgeschichtliches Textbuch z. AT*. ATD Ergänz. 1, Göttingen, 1975, p. 108-110 (textos mesopotâmicos traduzidos por H. Schmökel).

5. O poema já era conhecido entre os assírios, dedicado ao deus Assur.

sacerdote, ou por um substituto autorizado, a ordem cósmica está novamente estabelecida. Por extensão, também a estrutura interna hierarquizada da sociedade babilônica era solidificada e o domínio do império era experimentado como expressão do reinado imutável de Marduque. O povo que participava da grande liturgia sabia-se recebedor das bênçãos desse deus vitorioso no âmbito da natureza, da vida social e individual⁶.

Houve quem quisesse provar a existência de uma celebração análoga em Jerusalém que teria culminado com a entronização de Javé como rei. Os Salmos que confessam a Javé-rei (Sl 93-99; 47), citados para comprovar essa tese, não descrevem qualquer luta que Javé, a exemplo de Marduque, tivesse que travar para se afirmar como rei. Seu reinado estabelecido desde sempre é motivo de louvor e não há nenhum testemunho expresso de uma entronização de Javé⁷. A partir dos pressupostos da fé israelita, simplesmente é impossível aceitar que a estabilidade do cosmo e respectivamente do Estado de Israel dependesse de uma luta vitoriosa com deuses do caos. O mundo está nas mãos seguras de Javé; não há poder que pudesse pôr em risco seu reinado que garante a estabilidade do mundo. A superioridade de Javé sobre os deuses é incontestada (Sl 95,3; 96,4; 97,7,9). Parece que o AT não se contenta enquanto não os reduz a ministros celestiais (Sl 103,20-21) ou não os depotencia por completo (Sl 96,5).

Como é possível que mesmo assim a confissão a Javé-rei não abafe toda e qualquer crítica?

A referência mais antiga a Javé-rei encontra-se no profeta Isaías, do séc. VIII. Aqui em Is 6,1-3 a confissão “Javé é rei” não significa simplesmente a confirmação do *status quo* da sociedade e do Estado. O reinado de Javé não depende do estabelecimento do Estado, mas, pelo contrário, ele pode até abalar as estruturas de Jerusalém e Judá, porque seu povo, ou grupos com poder em seu meio, lhe roubou(aram) espaços inalienáveis. Grupos poderosos se adonaram da administração do direito, decidindo em proveito próprio (Is 1,21-26; cf. Is 5,5-7), contestando o direito exclusivo de Javé, que garante vida para os ameaçados. O reinado de Javé não atribui, por extensão, ao poder estatal caráter sacrossanto, acima de qualquer suspeita. Quando o palácio não confia mais exclusivamente no Deus-rei, mas toma decisões autônomas que passam por cima da vontade de Deus, a voz profética, em nome de Deus, pode decretar o fim do mandatário com seu aparato estatal (Is 7,1-16). Oséias pode até anunciar ao povo culpado uma existência sem ordem estatal (Os 3,4; 8,4; 8,13; 13,9-11)⁸.

Também os relatos da criação (Gn 1-3) incorporaram essa autocrítica, pois em nenhum momento o falar do Deus-criador é garantia de ordem estatal como nos textos mitológicos ugaríticos e mesopotâmicos. Nem se menciona o rei, mas o texto mais antigo (Gn 2,4b-3,24) se refere ao primeiro casal do gênero humano como formado do pó e, portanto, criado como mortal (Gn 2,7,18-25). Sua busca insana por imortalidade e conhecimento total, características divinas, é sua desgraça, porque ultrapassa sua condição de mortal. Essa visão antropológica realista, sem quaisquer ilusões, caracteriza o falar de Deus como criador.

6. Jörg JEREMIAS. Schöpfung in Poesie u. Prosa des AT. Em: H. MERKLEIN-W.H. SCHMIDT, *Schöpfung u. Neuschöpfung*, JBTh 5, 1990, p. 13 (11-36).

7. R. SMEND. *Die Entstehung des AT*. Theol. Wiss. 1. Stuttgart, 1978, p. 195.

8. Jörg JEREMIAS, *op. cit.* p. 14.

Em meio a essa contradição vivida no cotidiano, onde como mortais nos erguemos feito deuses, dominados por estranhas forças egoístas, precisamos daquele que nos liberta desse pesadelo criado para nós, para os outros e para o mundo. Tornamo-nos o centro de gravidade perigoso que ameaça não só o conviver humano, mas que atrai para essa ruína iminente o próprio mundo que o sustenta.

“Nus” e com “medo” (Gn 3,10) reconhecemos o quanto divinizamos nosso potencial, nossas instituições e sonhos ao confrontarmo-nos com aquele que nos interpela como “tu”. Dentro de nós não há o que buscar senão o orgulho discriminador, “a avareza racionalizada” (J. Campbell) e a loucura de nos arrogarmos medida última para a convivência humana e para a nossa inserção no ecossistema⁹. O testemunho bíblico nos remete para fora de nós e de nossas criações, para irmos ao encontro daquele que cobre nossa nudez com o manto da gratuidade (Gn 3,21), que nos devolve a certeza de sermos, apesar de culpa, ambigüidade e contradição, parceiros deste “tu”. Não precisamos mais fazer “a vida” com sentido; ela já nos foi conferida, apesar de nossa sucessiva recusa. Toda a atividade humana pode estar marcada por essa nova consciência de gratuidade e aceitação, que nos torna livres diante do sucesso e do fracasso. Na relação dialogal, o centro de gravidade se transfere para fora de nós e de nossas instituições, devolvendo-nos a distância crítica e oferecendo-nos a inesperada possibilidade de viver e lutar a partir dos recursos dessa nova base. A fé remete de volta para a realidade, pois ela é o espaço onde o crer tomará corpo na prática solidária. “Quem crê(r) não foge” (Is 28,16) dominado pelo medo da instabilidade e pela nudez sentida diante dos esforços fracassados.

Diante da constante tentação de confundir Deus com vontade, poder, instituições e sonhos humanos, o AT testemunha a luta tenaz para resgatar e preservar a relação dialogal entre Deus-povo. Só assim se explica que Israel, em meio à desintegração total de suas estruturas políticas e religiosas, reencontra uma fonte para alimentar a chama da esperança.

Renatus Porath
Rua Goethe, 122
93032-170 São Leopoldo, RS

9. J. CAMPBELL (*op. cit.*, p. 375), diante dessa constatação, sugere: “O homem configura-se como aquela presença estranha com a qual as forças do egoísmo devem chegar a um acordo, presença por meio da qual o ego deve ser crucificado e ressuscitado e a cuja imagem a sociedade deve ser reformada. O homem entendido, entretanto, não como ‘Eu’, mas sim como ‘Tu’...”